



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

ANALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este caderno, com o enunciado das 50 questões das Provas Objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

LÍNGUA PORTUGUESA III		CONHECIMENTOS GERAIS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,2	11 a 15	0,8	21 a 30	2,0
6 a 10	1,8	16 a 20	1,2	31 a 40	2,5
-	-	-	-	41 a 50	3,0

- b) 1 **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
- a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
- b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA**, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 3 (TRÊS) HORAS.**



LÍNGUA PORTUGUESA III

O tempo do desenvolvimento

Levei minha moto para ser consertada em uma pequena oficina no centro de Genebra. O mecânico abriu uma agenda (como as de médico) e me instruiu para que em oito dias voltasse com a moto às 2h e que fosse buscá-la às 3h15min. E assim foi. Ainda naquela região, procurei um carpinteiro. Sem olhar a agenda, ele foi logo dizendo que estava ocupado pelos próximos três meses. Contudo, havia uma chance no fim de semana seguinte. Se chovesse, nada feito, não se abre telhado com chuva. Se fizesse sol, ele ia escalar um pico próximo. Mas, se o tempo estivesse nublado, aí talvez fosse possível. As cartas estavam na mesa, com toda a sinceridade.

Um professor chinês em Yale, segurando a xícara de café, ficava olhando o ponteiro de segundos do relógio da sala de aula. Quando marcava 8h em ponto, começava a aula.[...]

Nos Estados Unidos, é prática corrente lojas e oficinas darem um prazo máximo para a entrega dos serviços. Em geral, terminam antes. Mas o cliente planeja sua vida para o prazo máximo.

Aqui em Pindorama vivemos numa sociedade que mescla o melhor e o pior do respeito pelo tempo. Eu tinha um amigo radicado nos Estados Unidos. Na época em que morou no Rio, ele costumava marcar com seus colegas de tênis partidas para o dia seguinte. Não apareciam ou chegavam atrasados. Voltando a Washington, passou a marcar partidas com mais de três meses de antecedência. Na hora aprazada, estavam todos lá.

Na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, a conferência marcada para as 10h começará em horas diferentes, dependendo do ministério. No Itamaraty, começa na hora. Na área econômica, cabem alguns minutos de tolerância. Na área social, estão todos muito ocupados, e meia hora de atraso não é incomum. Curioso, os ministérios mais eficazes são aqueles em que as reuniões começam na hora.

Quem marca com o consertador do computador, da televisão, da pia ou da máquina de lavar terá uma surpresa se a criatura vier – e mais ainda se chegar na hora marcada. Já nas empresas modernas, a chance de andar no horário é bem maior.[...]

Tais exemplos dizem o que todos já sabem, pelo menos na teoria: tempo é dinheiro. A riqueza é resultante do trabalho. O trabalho é a aplicação do tempo em atividades produtivas. Quanto mais tempo se perde por desorganização ou esperando pelos outros, menos tempo se utiliza produzindo e menos riqueza é gerada. E isso sem ganhar em lazer.[...]

O respeito pelo tempo dos outros aumenta a produtividade social, pois o tempo de todos não é desperdiçado pelas esperas. Aliás, fazer com antecedência é mais rápido e mais barato. Planejamento é isso. O tempo do desenvolvimento é o aprendizado social de estruturar o tempo de cada um e cada um não atrapalhar o tempo dos outros.

CASTRO, Claudio de Moura, **Revista Veja**, 24 mar. 2004 (adaptado).

1

Indique a única opção em que **NÃO** se encontra uma acepção possível para a palavra tempo, de acordo com seus usos no texto.

- (A) Sucessão dos anos, dos dias, das horas.
- (B) A noção de presente, passado e futuro.
- (C) Momento apropriado para realizar algo.
- (D) Condições meteorológicas de dada região.
- (E) Época em que determinados fatos ocorrem.

2

O vocábulo “se” tem o mesmo valor sintático da sua ocorrência em “... não se abre telhado com chuva.” (l. 9-10) no trecho:

- (A) “Se chovesse, nada feito,” (l. 9)
- (B) “Se fizesse sol, ele ia escalar...” (l. 10)
- (C) “... surpresa se a criatura vier –” (l. 41)
- (D) “... se chegar na hora marcada.” (l. 41-42)
- (E) “... tempo se perde por desorganização...” (l. 47-48)

3

A respeito do quinto parágrafo, é correto afirmar que os:

- (A) diplomatas sediados nos ministérios não cumprem os horários estipulados.
- (B) compromissos de cada ministério variam de acordo com suas ocupações.
- (C) compromissos de ministérios sociais raramente começam na hora marcada.
- (D) ministros da área econômica seguem rigorosamente os horários.
- (E) ministérios da área social são mais eficazes do que os outros.

4

Assinale a opção em que a forma apresentada pode substituir “segurando” no período “Um professor chinês em Yale, **segurando a xícara de café**, ficava olhando o ponteiro de segundos do relógio da sala de aula.” (l. 14-16), mantendo o sentido da expressão destacada.

- (A) Logo que segurava.
- (B) Enquanto segurava.
- (C) Quando segurava.
- (D) Porque segurou.
- (E) Que segurou.



5

As palavras da primeira coluna referem-se corretamente às palavras da segunda coluna, **EXCETO** uma. Assinale-a.

(A) “assim” (l. 5)	voltar com a moto às 2h e buscá-la às 3h15min
(B) “ele” (l. 6)	o carpinteiro
(C) “criatura” (l. 41)	o consertador do computador, da televisão, da pia ou da máquina de lavar
(D) “o” (l. 44)	tempo é dinheiro
(E) “isso” (l. 55)	o respeito pelo tempo dos outros

6

O texto apresenta quatro partes de acordo com a sua organização:

- I - exemplos genéricos;
- II - exemplos particulares;
- III - ratificação da tese;
- IV - tese do texto.

Qual a ordem correta dessas partes no texto?

- (A) I - II - III - IV
- (B) I - IV - III - II
- (C) II - I - IV - III
- (D) II - IV - I - III
- (E) IV - III - I - II

7

Dentre os plurais dos nomes compostos, o único flexionado de modo adequado é:

- (A) guarda-chuvas.
- (B) olhos azuis-turquezas.
- (C) escolas-modelos.
- (D) surdo-mudos.
- (E) pores-dos-sóis.

8

Indique a opção em que o pronome oblíquo **NÃO** está colocado corretamente, de acordo com a norma culta.

- (A) O professor levou a moto para ser consertada – levou-a.
- (B) O professor levará a moto para ser consertada – levá-la-á.
- (C) O professor levaria a moto para ser consertada – a levaria.
- (D) O professor tinha levado a moto para ser consertada – tinha levado-a.
- (E) O professor estava levando a moto para ser consertada – a estava levando.

9

Aponte a opção em que a concordância verbal está realizada corretamente.

- (A) Houveram muitas festas de Carnaval na Bahia.
- (B) Os Estados Unidos, ontem, bombardeou o Iraque.
- (C) Cada um dos funcionários apresentaram boas propostas.
- (D) Um dia, um mês, um ano passam depressa.
- (E) Aconteceu vários fatos marcantes na minha vida.

10

Assinale o trecho que apresenta pontuação adequada de acordo com as normas da língua culta.

- (A) T. Watson, o legendário presidente da IBM, marcava reuniões para começar em horas quebradas, como 1h 58min. Quem chegasse depois pagava uma multa proporcional aos minutos de atraso.
- (B) T. Watson, o legendário presidente da IBM, marcava reuniões para começar em horas quebradas: como 1h 58min; quem chegasse depois pagava uma multa, proporcional, aos minutos de atraso.
- (C) T. Watson, o legendário presidente da IBM, marcava reuniões para começar em horas quebradas: como 1h 58min, quem chegasse depois pagava uma multa proporcional aos minutos de atraso.
- (D) T. Watson o legendário presidente da IBM, marcava reuniões para começar, em horas quebradas como 1h 58min. Quem chegasse depois, pagava uma multa proporcional aos minutos de atraso.
- (E) T. Watson o legendário presidente da IBM marcava reuniões, para começar em horas quebradas como 1h 58min; quem chegasse depois pagava uma multa proporcional aos minutos de atraso.

CONHECIMENTOS GERAIS

As questões de nºs 11 e 12 serão respondidas com base no texto que se segue.

“Desde sua descoberta casual em 1542, a Amazônia tem funcionado como cabo de guerra entre fato e ficção, fantasia e realidade (...).

Assim que os ensandecidos conquistadores do século XVI foram substituídos pelos meticulosos cientistas do século XIX – entre eles o francês La Condamine, o descobridor da borracha – ficou claro que o maior tesouro da Amazônia era vegetal.”

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2ª ed. ver. São Paulo: Ática, 2003, p. 156.

11

Apesar de a região amazônica ser conhecida desde a época citada, não houve, até o século XVIII, por parte do governo português, qualquer projeto de efetiva colonização do interior da Amazônia. Contudo, o desinteresse português era relativo, o que pode ser evidenciado pela(o):

- (A) assinatura do Tratado de Madri, em 1750, que garantia à Espanha a exploração da Bacia Amazônica.
- (B) dificuldade em transpor os obstáculos dos rios Madeira e Mamoré para embarcar produtos nativos extraídos da região.
- (C) expansão das missões jesuíticas castelhanas que, sob o beneplácito da Igreja e da Coroa Portuguesa, garantiram a catequese e a disponibilidade de mão-de-obra escrava indígena.
- (D) presença de uma população nativa, com cultura diversificada da européia, resistente ao trabalho escravo.
- (E) envio de expedições e fundação de fortificações, com o objetivo de conter as investidas dos espanhóis, afastando-os das regiões mineradoras do centro-oeste.

12

Ao afirmar que o maior tesouro da Amazônia era vegetal, o autor se refere a características que favoreceram o crescimento do atual Estado de Rondônia e sua capital Porto Velho porque:

- (A) realça a importância da atividade mineradora, que fez surgirem povoados como Vila Bela da Santíssima Trindade, atual Porto Velho.
- (B) valoriza o extrativismo das drogas do sertão, cujos coletores foram responsáveis também pelo extermínio de indígenas e pela ocupação efetiva do vale Guaporé-Madeira.
- (C) destaca a presença de um ecossistema variado que reflète a manutenção da biodiversidade do planeta.
- (D) destaca a produção da borracha em larga escala, o que favoreceu o crescimento demográfico da região, atraindo comerciantes, exportadores e investidores estrangeiros.
- (E) reforça a preocupação em manter a cobertura vegetal nativa como forma de garantir a permanência de solos férteis para cultivo de produtos agrícolas de exportação.

13

“A partir de 1970, a migração para a Amazônia Ocidental passou a ser fortemente orientada pelo governo federal, acrescida por pequenos e médios produtores e investidores do sul do país que se dirigiam para Rondônia e Mato Grosso.”

BECKER, Bertha. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.

Sobre a consolidação do processo migratório na região, pode-se afirmar que ele:

- (A) constituiu condição não só de povoamento como também da formação da força de trabalho, tornando-se estratégia de ocupação adotada pelo Estado.
- (B) vinculou-se ao extrativismo animal e à extração de óleos e madeiras nobres oriundas das reservas encontradas no baixo Madeira.
- (C) determinou a demarcação das terras indígenas com o objetivo de preservar a cultura local dos grupos nativos.
- (D) contribuiu para modificar a configuração étnica da população local, como é o caso dos barbadianos, cujos descendentes já constituem 80% da população de Rondônia.
- (E) foi proibido pelo governo pós-anistia, que acusava os elementos exógenos de descaracterizar a cultura regional.

14

“A fronteira amazônica não é semelhante nem ao movimento de produtores familiares que caracterizaram a fronteira dos EUA no século XIX, nem às frentes pioneiras que se desenvolveram no centro-sul brasileiro na metade do século XX.”

BECKER, Bertha. **Amazônia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.

Dentre os fatores que contribuíram para a indefinição das fronteiras amazônicas no século XIX, destaca-se a(o):

- (A) grande diversidade de possibilidades econômicas, o que fez surgirem unidades de produção completamente distintas em cada um dos estados amazônicos, desde o século XVII.
- (B) ausência de recursos naturais que justificassem a estratégia de ampliação das fronteiras ocidentais brasileiras.
- (C) presença de uma população nativa que impedia a permanência de colonizadores na região.
- (D) desconhecimento da abrangência da bacia amazônica e de suas vias de penetração para o interior da região.
- (E) cumprimento do princípio do *uti possidetis* até os dias de hoje, o que garante, juridicamente, a internacionalização da Amazônia.



15

Bastante polêmica e criticada no Brasil, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tornou-se fundamental para a formação sociopolítico-econômica de Rondônia, mas não atingiu os objetivos para os quais fora construída. Todas as opções estão associadas ao período conhecido como “erradicação da Madeira-Mamoré”, **EXCETO**:

- (A) a falta de infra-estrutura viária entre Brasil e Bolívia.
- (B) a presença de novas frentes agrícolas.
- (C) a abertura de novas estradas de rodagem em território nacional.
- (D) o declínio do ciclo da borracha.
- (E) os altos custos de operacionalização da estrada de ferro.

16

Adriano consultou a Lei nº 68/92 para se certificar a respeito de férias. Verificou, então, que todo servidor terá direito a férias de _____ dias consecutivos e poderá converter _____ das férias em _____ pecuniário (a).

A opção que preenche, correta e respectivamente, as lacunas é:

- (A) 30 – 1/3 – abono.
- (B) 30 – 1/3 – vantagem.
- (C) 20 – 1/3 – abono.
- (D) 20 – 1/3 – direito.
- (E) 20 – 2/3 – abono.

17

Paula e o marido mudarão de domicílio em caráter permanente e por necessidade de serviço, e terão direito a algumas vantagens devido à remoção para outra localidade. Entre as vantagens previstas na Lei Complementar nº 68/92, está:

- (A) ajuda de custo para atividades de adaptação.
- (B) antecipação de licença-prêmio.
- (C) pagamento de gratificação natalina em dobro.
- (D) pagamento de despesas de transporte e mudança.
- (E) concessão de férias em dobro.

18

Segundo a Lei Complementar nº 303/2004, o período de estágio probatório ao qual está sujeito o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, no Ministério Público de Rondônia, visando a avaliar seu desempenho, terá a duração de:

- (A) 3 anos.
- (B) 2 anos.
- (C) 1 ano.
- (D) 6 meses.
- (E) 3 meses.

19

Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas e retirada, sem autorização escrita do superior, de qualquer documento ou objeto da repartição pública onde trabalhe são consideradas infrações disciplinares puníveis, respectivamente, com:

- (A) multa e suspensão.
- (B) cassação e demissão.
- (C) destituição e repreensão.
- (D) demissão e repreensão.
- (E) demissão e suspensão.

20

Segundo a Lei Complementar nº 303, os funcionários do Ministério Público de Rondônia terão direito a gratificações, regulamentadas pelo Procurador Geral de Justiça. Entre elas, a única que **NÃO** se enquadra nestas características é a gratificação:

- (A) especial de incentivo a servidor em função de natureza peculiar e em regime de dedicação exclusiva.
- (B) de plantão, por atividades exercidas em horário especial.
- (C) de capacitação, por obtenção de diploma de nível superior, desde que não seja requisito para o cargo.
- (D) de curso e concurso, a servidor que seja componente de comissão temporária com atribuições afins.
- (E) de gabinete, a servidor investido em cargo em comissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Na área da saúde, a partir da Constituição Federal de 1988, novas demandas surgiram para o assistente social relacionadas às ações técnico-políticas discutidas com entidades populares que tratam das questões da saúde, no sentido de encontrar propostas conjuntas de enfrentamento dos problemas evidenciados. Tais demandas advêm dos canais institucionais de participação, normatizados em 1991, denominados:

- (A) conselhos políticos executivos, deliberativos e consultivos.
- (B) conselhos municipal, estadual e nacional.
- (C) fóruns de entidades regionais e nacional.
- (D) fóruns de participação popular, locais, regionais e nacional.
- (E) fóruns de entidades locais e conselhos inter-regionais.

22

Para Bravo (1996), o Serviço Social na Saúde é focalizado na relação Estado-Sociedade mediatizada pela:

- (A) ação socioinstitucional, pelos sanitaristas e pelas garantias jurídicas.
- (B) competência profissional, pelo compromisso ético político e pela ação focalizadora das políticas governamentais.
- (C) opção ético-política do profissional, pelo amparo legal na área da saúde e pelas regras sanitárias.
- (D) ação dos profissionais, pelas políticas públicas de saúde e pelos movimentos sociais.
- (E) formação moral do profissional, pela articulação dos movimentos dos usuários e da categoria e pelas políticas setoriais de saúde.

23

As conseqüências que as mudanças capitalistas trazem à seguridade social devem ser conhecidas pelos assistentes sociais, já que estes se deparam com diversas situações concretas que lhes exigem análises seguras. A seguridade no Brasil em tempos de crise movimenta-se em torno de um núcleo básico composto pela associação entre:

- (A) privatização/universalização da seguridade social.
- (B) publicização/expansão da seguridade social.
- (C) focalização/unificação da seguridade social.
- (D) precarização/regionalização da seguridade social.
- (E) mercantilização/assistencialização da seguridade social.

24

No novo paradigma de produção industrial – automação flexível – busca-se um novo tipo de trabalhador enquadrado nos objetivos empresariais de gestão da força de trabalho aumentando sua produtividade. Este trabalhador deve estar capacitado para:

- (A) o desempenho de funções específicas, a empregabilidade e a organização político-sindical.
- (B) a polivalência, a multifuncionalidade e o compromisso com a empresa.
- (C) as funções fragmentadas, a transdisciplinariedade e a liberdade criativa.
- (D) as atividades empreendedoras, a superespecialização e a compreensão política dos interesses patronais.
- (E) os processos de trabalho flexíveis, a crítica da exploração capitalista e o espírito de equipe.

25

Precarização e informalização são algumas das expressões que atingem o mundo do trabalho no quadro da reestruturação produtiva do capital. Estas questões expressam **demandas** postas ao Serviço Social que devem ser identificadas:

- (A) nas requisições socioprofissionais oriundas dos espaços institucionais estatais.
- (B) na análise focal dos problemas sociais vivenciados pelos setores mais empobrecidos da população.
- (C) no levantamento dos focos de pobreza nas grandes metrópoles onde atuam os assistentes sociais.
- (D) nos setores mais miseráveis da sociedade nos quais são articuladas as alternativas profissionais.
- (E) no conjunto das necessidades sociais das classes subjacentes às demandas profissionais.

26

São características da terceirização dos processos de trabalho:

- (A) a participação política dos trabalhadores, a variação salarial, a intensificação da jornada e o aumento da sindicalização.
- (B) a estabilidade no emprego, a participação nos lucros das empresas, a redução da jornada e o estímulo à transparência nas relações de trabalho.
- (C) a alta rotatividade, os baixos salários, a extensão da jornada e a desproteção social.
- (D) a precarização dos vínculos empregatícios, a equiparação salarial entre os diversos trabalhadores, a dupla jornada e a ampliação dos direitos trabalhistas.
- (E) o desemprego, o aumento dos salários indiretos, a jornada temporária e o fortalecimento da regulamentação das profissões.



27

O grande capital busca, desde os anos 80, manter sua hegemonia através da gestação de uma cultura política da crise, na qual busca obter um consentimento das classes em torno das suas necessidades de acumulação e valorização. Dois vetores básicos vêm sendo privilegiados na formação dessa cultura. São eles:

- (A) a defesa do processo de privatização como forma de reduzir a intervenção estatal e a constituição do cidadão-consumidor.
- (B) a luta pela ampliação das políticas universais como forma de garantir direitos e a precarização da vida dos trabalhadores.
- (C) a busca de um novo ordenamento jurídico favorável à circulação de mercadorias e serviços e a criação de uma cidadania associada ao assistencialismo religioso.
- (D) o favorecimento de programas voltados ao microcrédito como forma de ampliar a base produtiva e a formação de um perfil de trabalhador empreendedor.
- (E) o estímulo à expansão do mercado interno necessário para aumentar os lucros dos grupos nacionais e o surgimento de uma cidadania voltada para o voluntariado.

28

A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social – 8742/93) se organiza por diretrizes que garantem a participação da população, inclusive dos usuários do Serviço Social, que através de suas entidades representativas podem interferir na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis. A fim de fazer valer tal diretriz, a lei prevê instâncias deliberativas que compõem o sistema descentralizado e participativo da assistência social. Tais instâncias são os:

- (A) conselhos nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.
- (B) conselhos federal, regionais e do Distrito Federal de assistência social, de caráter permanente e de composição não paritária entre governo e sociedade civil.
- (C) fóruns federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal de assistência social, de caráter transitório e composição majoritária da sociedade civil.
- (D) fóruns nacional, regionais, municipais e do Distrito Federal de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.
- (E) fóruns e conselhos nacional, regionais, municipais e do Distrito Federal de assistência social, de caráter permanente ou temporário e composição paritária entre governo e sociedade civil.

29

Nas várias conjunturas históricas, as políticas sociais tiveram mudanças importantes que alteraram a intervenção do Estado. As políticas sociais de acidente de trabalho, especificamente, passaram pela indenização, recuperação, fiscalização e prevenção, configurando-se como modelos distintos construídos a partir de permanentes lutas e conflitos de interesses entre as classes. No período de hegemonia do capital multinacional e do Estado militar tecnocrático, a partir de 64, pode ser identificada a seguinte característica:

- (A) criação das primeiras normas de prevenção e de mecanismos de fiscalização.
- (B) organização de um complexo socioindustrial (estatal-industrial) para cuidar dos trabalhadores (Sesi/Sesc) através da prestação de serviços assistenciais.
- (C) unificação dos institutos de previdência e eliminação da participação dos trabalhadores na sua administração.
- (D) equiparação dos conceitos de acidentes do trabalho e de doença profissional.
- (E) controle dos sindicatos que ficam sob tutela do Estado e sob regulamentação corporativista que os desburocratiza.

30

Na contemporaneidade, o Serviço Social depara-se com o agravamento das múltiplas expressões da questão social, compreendida por Yamamoto (2000) como:

- (A) viés ideológico-cultural para a compreensão da profissão.
- (B) desdobramento político-econômico da reconceituação profissional.
- (C) ponto de partida para a refundação do Serviço Social contemporâneo.
- (D) base sociohistórica da requisição social da profissão.
- (E) fundamento materialista histórico da profissão em tempos neoliberais.

31

Para sintonizar criticamente a profissão aos novos tempos deve-se garantir, dentre outros, os seguintes pressupostos:

- (A) entender o Serviço Social como uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade, rompendo com uma visão endógena.
- (B) privilegiar o Serviço Social nas microrrelações sociais de cada época histórica como forma determinante de análise da profissão nos diversos contextos.
- (C) compreender o Serviço Social como profissão inserida na luta revolucionária contra o capitalismo.
- (D) identificar o Serviço Social como uma evolução das formas de caridade existentes nas sociedades.
- (E) pensar o Serviço Social como profissão que se legitima a partir das demandas da classe dominante postas no mercado de trabalho.



32

Dentre as diversas transformações que a contemporaneidade trouxe, podem ser destacadas aquelas que afetam mais diretamente o trabalho profissional, originadas da transferência de responsabilidade para a sociedade civil engendrada nos marcos da construção, nos anos 90, do chamado Estado mínimo. Tal transferência resultou no(a):

- (A) apelo às novas formas de caridade religiosa em detrimento da solidariedade civil laica.
- (B) expansão do voluntariado voltado para as causas humanitárias em situações de tragédias naturais e de calamidades públicas.
- (C) refilantropização social no sentido de uma moderna filantropia empresarial e no crescimento das ONG.
- (D) privatização da assistência social e na publicização da previdência voltada às diversas categorias de trabalhadores públicos e privados.
- (E) politização da sociedade civil organizada em uma gama variada de atores sociais tais como empresas, instituições religiosas, partidos políticos e sindicatos.

33

Podem ser identificados no Brasil quatro períodos históricos nos quais se percebe a relação do processo político de regulação da segurança do trabalho com as modificações na economia e as lutas políticas estabelecidas entre as diversas forças sociais. Para Faleiros (1992), estas quatro conjunturas históricas são:

- (A) dominação da política da indústria cafeeira na Velha República; Estado Novo com a política burguesa-nacionalista-populista da Era Vargas; política ditatorial militar-burguesa da década de 60 e nacionalismo dos anos 80.
- (B) política agro-exportadora do período da Primeira República; nacional-desenvolvimentismo de Vargas; hegemonia nacional-populista-militar do período desenvolvimentista e autoritarismo do bloco burguês-nacional.
- (C) industrialização voltada para o mercado interno liderada pelo grande capital internacional no início do século XX; trabalhismo-proletário no período varguista; liberal-desenvolvimentismo de JK e tecno-burocracia-burguesa do pós-64.
- (D) hegemonia oligárquico-liberal da Velha República; hegemonia burguesa-rural-corporativista da Era Vargas; hegemonia burguesa-populista no pós-guerra e hegemonia militar-burguesa-multinacional após o golpe de 64.
- (E) desenvolvimento econômico-industrial do pacto burguês-latifundiário na Primeira República; nacionalismo liberal-burguês de Vargas, burocratização estatal-militar-burguesa do pós-64 e projeto democrático-popular dos anos 80.

34

Para lamamoto (2000), os avanços da profissão conquistados desde a década de 80 devem ser preservados e aperfeiçoados. Além disso, faz-se necessário superar alguns "impasses profissionais", especificamente o de:

- (A) debilidade teórica da formação profissional e descompasso entre as agências formativas e os espaços interventivos.
- (B) priorização de temáticas macrosociedades em detrimento das microsociedades indicando uma opção metodológica equivocada das correntes teóricas hegemônicas.
- (C) permanência do hiato entre os que pensam e os que fazem a profissão, o que gerou um conjunto de conhecimentos desprovidos de pesquisa empírica sobre as reais necessidades da profissão.
- (D) distanciamento entre o trabalho intelectual e o exercício profissional cotidiano e a necessidade de construção de estratégias técnico-operativas para a intervenção profissional.
- (E) vulgarização do marxismo que introjetou no Serviço Social uma maneira de pensar e agir que não visualiza os limites técnico-profissionais.

35

Para superar tais "impasses profissionais", lamamoto (2000) indica como uma das estratégias principais:

- (A) o estudo e a pesquisa sobre a sociedade como forma de conhecer os sujeitos com os quais o assistente social se depara.
- (B) o estudo e a pesquisa sobre o Estado cujas particularidades são pouco conhecidas na literatura profissional.
- (C) a capacitação dos assistentes sociais na forma de cursos seqüenciais que busquem temas específicos redirecionando a formação generalista.
- (D) o aperfeiçoamento da formação em nível de pós-graduação voltada para o aprofundamento das formas clínicas de atendimento social.
- (E) a especialização da formação profissional de acordo com as particularidades regionais superando a idéia de diretrizes curriculares nacionais.

36

Uma das direções que a renovação do Serviço Social brasileiro assumiu caracterizou-se pela formulação de documentos tais como os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis. No núcleo central de tal direção, o Serviço Social é tematizado como:

- (A) dialógico, refuncionalizador e operativo.
- (B) interveniente, dinamizador e integrador.
- (C) reformista, economicista e idealizador.
- (D) psicologista, tecnicista e politicista.
- (E) cientificista, transformista e modernizador.



37

É fundamental aos assistentes sociais que atuam no âmbito das instituições voltadas à defesa dos direitos que conheçam o arcabouço jurídico-legal concernente ao espaço profissional em que intervirão. Devem conhecer especialmente a legislação social que foi construída a partir da Constituição Federal de 1988. O Capítulo da Ordem Social da Constituição Federal define a organização da seguridade social com base, dentre outros, nos seguintes objetivos:

- (A) financiamento da União e diversidade na forma de participação no custeio.
- (B) universalidade da cobertura e do atendimento e seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (C) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com participação da comunidade organizada em entidades de trabalhadores.
- (D) universalidade na prestação de benefícios e serviços e seletividade na distribuição de recursos federais.
- (E) diversidade da base de financiamento e caráter democrático da gestão no nível federal.

38

A política de saúde compõe o universo profissional na medida em que integra o conjunto das políticas públicas através das quais se materializam direitos sociais. Ela pressupõe uma visão ampliada da saúde, contida na Lei Orgânica da Saúde (8.080/92), que introduz o SUS (Sistema Único de Saúde) e dispõe de prerrogativas legais balizadoras da formulação de políticas de saúde em todos os níveis. Nesta lei compreende-se, em suas “Disposições Gerais”, como determinantes e condicionantes a:

- (A) saúde do trabalhador, a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, e as ações preventivas.
- (B) vigilância sanitária, a garantia de recursos para o estudo dos impactos socioambientais e a realização de levantamentos das condições de vida da população.
- (C) diferenciação das condições de vida das diversas classes sociais para a estruturação de políticas voltadas aos grupos mais vulnerabilizados socialmente.
- (D) situação social dos trabalhadores nos meios urbanos e rurais, as condições de reprodução social que dispõem as famílias e a vigilância epidemiológica.
- (E) alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

39

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atribui ao Ministério Público um conjunto de competências que visam à garantia dos direitos de crianças e adolescentes, entre as quais **NÃO** se inclui a de:

- (A) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes.
- (B) zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
- (C) promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
- (D) requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.
- (E) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas.

40

O trabalho infantil é um dos maiores problemas mundiais na atualidade. O desemprego e a precarização das relações de trabalho colocam enormes dificuldades de sobrevivência às famílias nos grandes centros urbanos, especialmente em suas periferias, e nas áreas rurais, provocando o recrudescimento da exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Mesmo no Brasil, que possui legislação avançada na área, esta problemática persiste, dado o agravamento das desigualdades sociais e a reação tímida das autoridades em todos os níveis. Em relação a esta problemática, o ECA determina que é:

- (A) proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- (B) proibido o trabalho de menores de dezoito anos em qualquer situação.
- (C) permitido o trabalho de menores de doze anos em situação de aprendizagem profissional, resguardados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- (D) permitido o trabalho de crianças menores de quatorze anos, desde que registrados seus direitos previdenciários no Ministério do Trabalho.
- (E) permitido trabalho a menores de dezesseis anos, salvo nos casos de trabalho insalubre.



41

Dentre as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar deve promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- (A) assumir a guarda provisória de crianças ou adolescentes por determinação judicial.
- (B) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- (C) determinar o abrigo ou internação no caso de atos infracionais.
- (D) providenciar a escolha da família substituta para os casos de adoção.
- (E) responsabilizar pais ou responsáveis pela perda ou suspensão do pátrio poder.

42

Nos termos do ECA, independente da situação jurídica da criança ou adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- I - guarda;
- II - tutela;
- III - adoção.

Está (ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

43

O trabalho do assistente social em instituições de defesa e garantia de direitos como o Ministério Público é extremamente relevante, especialmente porque permite assegurar a materialização dos "Princípios Fundamentais" do Código de Ética, dentre os quais a:

- (A) democratização das formas de exploração de classe, raça e etnia.
- (B) luta por melhores condições de trabalho dos profissionais.
- (C) busca pela melhoria dos serviços públicos estatais.
- (D) defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- (E) construção de um novo mundo que proporcione bem-estar social a todas as classes.

44

O Serviço Social participa muitas vezes de situações concretas no trabalho profissional nas quais lida com informações que dizem respeito à vida privada dos seus usuários. Muitas delas envolvem questões que podem pôr em risco a integridade física da pessoa. Nestes casos, é garantido ao assistente social em seu Código de Ética o direito à:

- (A) abstenção, no exercício profissional, das práticas que caracterizem censura, cerceamento da liberdade, policiamento dos comportamentos.
- (B) informação à população sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisa a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos.
- (C) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional.
- (D) democratização das informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.
- (E) devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

45

Em "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil", de Carvalho e Yamamoto (2001), observa-se que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos instrumentos utilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da chamada questão social. Assim, pode-se compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente:

- (A) impedida de se expressar livremente, pois a ela é imposta uma gama de diretrizes que estão além da capacidade individual de cada assistente social.
- (B) polarizada pelos interesses de classes sociais distintas, não podendo ser pensada fora dessa relação.
- (C) dividida entre aqueles que optam por um projeto político em prol das classes subalternas e aqueles que estão a serviço do grande capital.
- (D) controlada pelas várias entidades socioassistenciais estatais, imputando à profissão um caráter conservador intransponível.
- (E) permeada por valores contraditórios exigindo do profissional uma postura ético-política neutra.



46

Realizar vistorias, perícias técnicas, elaborar laudos periciais, dar informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social constituem-se, na *Lei de Regulamentação da Profissão* (8.662/93), como:

- (A) deveres do Assistente Social.
- (B) competências do Assistente Social.
- (C) direitos do Assistente Social.
- (D) princípios ético-políticos do Assistente Social.
- (E) atribuições privativas do Assistente Social.

47

O trabalho de Iamamoto e Carvalho (2001) é reconhecido, correntemente, como inaugural de uma compreensão crítica da profissão na sociedade capitalista, apreendendo-a nos fenômenos sociohistóricos que a determinam. Tal compreensão permite considerar que o Serviço Social, como profissão particular desenvolvida no processo da divisão social do trabalho, insere-se:

- (A) nos conflitos de classes, adotando postura de neutralidade ética como forma de construir autonomia profissional frente aos diversos e antagônicos interesses sociais.
- (B) no mercado de trabalho como profissão liberal, controlando as condições materiais, organizacionais e técnicas para o pleno desempenho de seu trabalho.
- (C) no interior dos equipamentos socioassistenciais, desenvolvendo ações socioeducativas junto às classes subalternas.
- (D) na teia de relações privadas, assumindo um viés de conciliação dos interesses de classes, valendo-se de formação doutrinária para regular e controlar divergências.
- (E) na divisão sociotécnica do trabalho como profissão requisitada por organismos privados, especialmente a Igreja, desenvolvendo intervenções de cunho não laicizado.

48

A formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros foi fortemente influenciada pela Igreja Católica cuja doutrina social compreendia a questão social como questão moral, objeto de tratamento psicologizante e moralizador. Nesta perspectiva, a questão social é vista como um(a):

- (A) conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam.
- (B) descompromisso do Estado frente às suas obrigações constitucionais.
- (C) assunto que diz respeito à má formação cristã de cada indivíduo, família e comunidade.
- (D) problemática de ordem psicossocial oriunda dos conflitos sociais entre classes.
- (E) disfunção biopsicossocial advinda das desigualdades sociais do sistema capitalista.

49

Para José Paulo Netto (1991), o período ditatorial instalado no pós-64 se caracterizou por um modelo econômico marcado por vários fatores: favorecimento do capital estrangeiro e dos grandes grupos nativos; concentração e centralização livres de controle democrático ou parlamentar; criação de uma oligarquia financeira; internalização e territorialização do imperialismo; estrutura de classes polarizada e muito complexa; pauperização relativa sem precedentes no mundo; desigualdades regionais, dentre outros. As linhas mestras deste “modelo” concretizaram no Brasil a chamada:

- (A) democracia burguesa, que operou uma reformulação das instituições políticas voltadas ao enfrentamento da questão social.
- (B) revolução, que objetivou alterar as modalidades de intervenção e (auto) representações que matrizavam a profissão desde o início dos anos 50.
- (C) modernização conservadora, que engendrou um mercado nacional de trabalho macroscópico e consolidado para os assistentes sociais.
- (D) monopolização relativa, que gerou a autocracia burguesa, reduzindo as possibilidades de expansão da formação profissional do Serviço Social.
- (E) reatualização capitalista, que produziu uma forte transnacionalização do capital e do trabalho, impedindo o desenvolvimento da perspectiva de ruptura na profissão.

50

As condições que a conjuntura do pós-64 abriram no Brasil geraram a necessidade de um processo de renovação do Serviço Social que assumiu, para Netto (1991), três direções:

- (A) a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção e ruptura.
- (B) a formação tecnicista, o fortalecimento do funcionalismo e a intenção de ruptura.
- (C) a perspectiva conservadora, a reatualização do conservadorismo e o estrutural-funcionalismo.
- (D) o reforço do paroquialismo, a tradição marxista e a refundação da fenomenologia.
- (E) o doutrinário conservador, o positivismo e a reatualização do tradicionalismo.